

Heidegger, a política e o antissemitismo: reflexões a partir do livro de Peter Trawny

Resumo

O texto discute o livro de Peter Trawny, Heidegger e o mito da conspiração judaica mundial, em que o autor analisa o antissemitismo historial-filosófico contido em algumas sentenças dos Cadernos Negros de Heidegger. O livro é criterioso e contribui para a discussão da dimensão política da História do Ser de Heidegger, escapando às alternativas fáceis da defesa ou da condenação a priori de sua filosofia. Ao mesmo tempo, porém, considero exageradas as suas análises acerca das possíveis contaminações ideológicas entre o conceito heideggeriano da maquinação (Maschenschaft) e aspectos centrais da ideologia nacional-socialista veiculados pelos discursos de Hitler, sobretudo acerca de um suposto complô judaico internacional. Argumento que Heidegger recusa por motivos filosóficos o antissemitismo racial-biológico do Nazismo, ao mesmo tempo em que certas sentenças suas se caracterizam por um antissemitismo espiritual que compatibiliza algumas de suas especulações metafísicas com preconceitos antijudaicos disseminados pela ideologia nazista. Deste modo, aspectos de seu diagnóstico filosófico da modernidade acabam sendo expostos a um inquietante fundo de arbitrariedade. Ofereço ainda uma interpretação preliminar e provisória das principais sentenças antisemitas de caráter filosófico-historial encontradas nos Cadernos Negros já publicados, bem como início a reavaliação de algumas hipóteses interpretativas sustentadas por mim em estudos anteriores a respeito da relação entre filosofia, história e política no pensamento heideggeriano.

Palavras-chave: Heidegger; Cadernos Negros; antissemitismo filosófico-historial; Peter Trawny; maquinação.

* Filosofia-UFPR/CNPq.

Abstract

The text discusses Peter Trawny's book, *Heidegger and the myth of a Jewish international complot*, in which the author affirms that a philosophical anti-Semitism haunts Heidegger's *Black Notebooks*. Trawny's book matches good academic criteria and thus contributes to the discussion of political aspects of Heidegger's *History of Being*, overcoming the easy polemic gesture marked by an a priori defense or inculpation of the philosopher. At the same time, however, I also consider problematic and exaggerated Trawny's hypothesis concerning a supposed ideological contamination of Heidegger's concept of *maquination* (*Maschenschaft*) by Hitler's speeches about an alleged Jewish international complot. I argue that Heidegger's misleading philosophical sentences against the Jewish people do not come from racial and biological sources, which he clearly refused for philosophical reasons, but originate from some sort of spiritual anti-Semitism, thus exposing some dimensions of his metaphysical speculations concerning Modernity in the scope of his *History of Being* to sheer arbitrariness. I also offer a preliminary and provisory interpretation of the main anti-Semitic sentences found in the already published *Black Notebooks* and start a critical reevaluation of some theoretical hypothesis proposed by me in previous texts concerning the relation between politics, philosophy and history in Heidegger's thinking.

Key-words: Heidegger; *Black Notebooks*; Philosophical Anti-Semitism; Peter Trawny; *maquination*.

Nas páginas conclusivas de *Heidegger e o mito da conspiração judaica mundial*, fruto de seu trabalho de edição dos *Cadernos Negros*, em que Heidegger anotou suas reflexões filosóficas mais íntimas e secretas entre 1931 e 1976, Peter Trawny afirma o seguinte:

Há em Heidegger um antisemitismo historial (seinsgeschichtlicher Antisemitismus) que parece contaminar não poucas dimensões de seu pensamento. Este fato lança uma nova luz sobre a filosofia de Heidegger, assim como sobre sua recepção. (...) Não é preciso ser profeta para prever uma crise institucional na recepção de seu pensamento. (...) Quem quiser filosofar com Heidegger precisará se por às claras com as implicações antisemitas de determinados cursos de pensamento. (Trawny 2014a, pp. 113-114)

São afirmações contundentes e, como veremos, até certo ponto justificadas. Como previsto por Trawny, uma intensa e acirrada polêmica interpretativa já

se encontra em curso no cenário filosófico mundial, com especial repercussão na França, onde se enfrentam as facções opostas lideradas por Emmanuel Faye (2014), contra Heidegger, e por François Fédiér (2014) a favor de Heidegger.¹ Goste-se dele ou não, o livro de Trawny é criterioso e se tornou referência central para quem se interesse pela relação entre filosofia, história e política no pensamento de Heidegger. A despeito de conter afirmações discutíveis ou mesmo exageradas, é inegável que seu livro traz informações e interpretações relevantes, além de recusar as alternativas fáceis no contexto de polêmicas teóricas desta natureza. Ademais, a publicação do livro de Trawny e dos *Cadernos Negros* também me levou a reavaliar algumas hipóteses teóricas publicadas em estudos anteriores a respeito do diagnóstico heideggeriano da modernidade e da própria relação entre história, filosofia e política em seu pensamento. (Duarte 2010; 2011; 2012 a; 2012b) Este trabalho de reconsideração será largo e não poderá se esgotar nos limites deste texto apenas, tanto mais que os próprios *Cadernos Negros* sequer foram publicados em sua totalidade até o momento.² Tomando como referência as análises propostas por Trawny acerca do antissemitismo filosófico de Heidegger, tal como ele aparece nos *Cadernos Negros* publicados até o momento, pretendo estabelecer algumas breves e provisórias reflexões destinadas a orientar uma futura discussão mais pormenorizada do assunto. Neste artigo também proponho uma interpretação inicial e provisória acerca de algumas das sentenças de Heidegger consideradas por Trawny como de caráter historial-antisemita. Quem quer que considere a filosofia heideggeriana como um relevante diagnóstico filosófico a respeito da modernidade não pode continuar a pensar com Heidegger senão interrogando o significado, a amplitude e o impacto filosófico e político de certas sentenças encontradas nos *Cadernos Negros*. Para iniciar este trabalho minucioso de discussão e interpretação será preciso evitar avaliações traçadas à excessiva distância, ou caracterizadas pelo sectarismo enviesado, a favor ou contra Heidegger. Do mesmo modo, também será preciso encontrar uma linguagem capaz de expor os danos políticos, filosóficos e morais de certos aspectos do pensamento heideggeriano sem, contudo, recorrer ao plano da denúncia moralizadora.

1 Todas as citações do livro de Trawny, *Heidegger und der Mythos der jüdischen Weltverschwörung*, e dos *Schwarze Hefte* de Heidegger foram traduzidas por mim. O artigo de Escudero (2014, p. 116) oferece um atualizado balanço crítico da polêmica e suas principais referências bibliográficas até o momento.

2 A publicação do volume GA 97 está prevista para o primeiro semestre de 2015.

Em artigo publicado no *Le Monde* de 25.09.2014, Jean-Luc Nancy ponderou que a descoberta das sentenças antisemitas de Heidegger não deveria constituir qualquer escândalo, pois “ninguém nos últimos cinquenta anos poderia duvidar de que Heidegger tivesse partilhado do antisemitismo dominante na Europa dos anos 30, mesmo que não encontrássemos em seus textos nenhuma declaração desta natureza.”³ Para subsidiar seu argumento Nancy menciona as reflexões críticas de Derrida, Lyotard e Phillipe Lacoue-Labarthe, dentre outros, as quais já nos teriam alertado para os riscos de antisemitismo na filosofia de Heidegger, caracterizada pelo “afastamento e oclusão da raiz judaico-cristã em nome do pensamento de uma Grécia arqui-originária”. Para Nancy, tal descoberta em nada invalidaria a obra de Heidegger, o que, por outro lado, não nos poderia escusar de interrogar o “silêncio obstinado, irritante, insuportável de Heidegger com relação aos campos de extermínio”, ou de questionar o próprio sentido do antisemitismo em sua filosofia:

temos verdadeiramente clareza quanto àquilo que está em jogo no antisemitismo? Sabemos de qual falta Heidegger é responsável? Pois ele o é, como muitos outros, mas responsável quanto a quê, justamente? De quê se trata no antisemitismo? Questão jamais suficientemente colocada e nem mesmo bem colocada e que se endereça a todos, não apenas ao próprio Heidegger (e nem apenas aos antisemitas visíveis e declarados.)

A análise proposta por Jean-Luc Nancy situa o sentido filosófico profundo do antisemitismo de Heidegger no seio da cultura ocidental cristã, atitude teórica que, a despeito de defensável, acaba afastando-se de uma discussão minimamente pormenorizada das sentenças heideggerianas em questão. Ademais, não é a mesma coisa deduzir certo traço antisemita da filosofia de Heidegger, em função de sua desconsideração da raiz judaica na formação do espírito ocidental, e deparar-se com sentenças nas quais Heidegger efetivamente atribui ao povo judeu uma posição de destaque no aceleração do niilismo que caracterizaria o moderno esquecimento do ser. A despeito de excessivamente gerais, as interrogações de Jean-Luc Nancy acerca do significado do antisemitismo em Heidegger ao menos nos preservam da gesticulação teórica apressada, visando constituir a defesa ou o ataque incondicionais a

3 As citações do texto de Nancy se encontram em: <https://groups.google.com/forum/#!msg/paris8philo/iOr1NbqiX4k/vNIDNLpgARQJ> Para uma consideração crítica da posição de Jean-Luc Nancy sobre o assunto veja-se Romano (2014, p. 1012).

seu pensamento. Assim, enquanto Fédier (2014, p.118) se apressa em recusar a terminologia do “antissemitismo historial”, proposta por Trawny, como sinal de um “absurdo” comparável à tolice nazista acerca de uma “ciência ariana”, Emmanuel Faye dá claro exemplo de malabarismo conceitual desprovido de rigor analítico ao afirmar que, para Heidegger,

os judeus não são apenas sem pátria, mas também ‘sem mundo’. Deste modo, podem ser alocados junto aos animais, dos quais Heidegger disse, nos Conceitos Fundamentais da Metafísica, de 1929, que eles seriam ‘pobres de mundo.’ Os judeus também não apenas não possuem qualquer lugar no mundo como tampouco jamais o tiveram. O existencial heideggeriano do ser-no-mundo tem assim uma significativa função discriminatória. Quem, como os judeus, não tem um lugar próprio no mundo, tampouco pode estar no mundo. (Faye 2013, p. 49)

Impressiona a ligeireza com que Faye desliza pelos conceitos de Heidegger, traduzindo-os de maneira literal e desconsiderando sua contextualização e seus significados teóricos precisos. Heidegger efetivamente caracteriza o povo judeu como desprovido de mundo (*Weltlos*) nos *Cadernos Negros*, mas o termo refere-se ali a um povo desprovido de pátria natal na qual se encontrasse enraizado ao longo do tempo (Escudero 2014, pp. 124-125), traço que de modo algum se iguala à terminologia do *Weltarm*, “pobre de mundo”, que Heidegger empregara em sua discussão do modo de ser dos animais nos *Conceitos Fundamentais da Metafísica* de 1929. Além de fundir conceitos de significação distinta e inseridos em contextos teóricos bastante precisos, como ausência de mundo e pobreza de mundo, Faye ainda deduz da carência de mundo próprio do povo judeu o caráter excludente da determinação existencial “ser-no-mundo”, de *Ser e tempo*, que deste modo não se aplicaria àquele povo. A inferência inescrupulosa que Faye imputa a Heidegger é a de que ao caírem fora do domínio existencial do ser-no-mundo, por serem desprovidos de mundo, os judeus poderiam ser abatidos em escala industrial como animais. O ataque cego a uma grande filosofia somente pode se dar por meios antifilosóficos, fundados numa “proposta de saneamento absurda e persecutória”, como afirmou Alexandre Franco Sá (2005, p. 425) em resenha crítica ao livro de Faye (2005) sobre as relações de Heidegger com o nazismo.

* * *

Para Trawny, a publicação dos *Cadernos Negros* não deixa “dúvidas” (2014a, p. 11) de que Heidegger efetivamente incorporou aspectos do antissemitismo em algumas passagens de sua filosofia, embora tenha procurado distanciar-se dos preconceitos raciais do nacional-socialismo. No entanto, se é certo que a qualificação das teses antissemitas de Heidegger como sendo de caráter historial-filosófico permite distingui-las dos preconceitos correntes sob o nacional-socialismo, por outro lado, como argumentou Claude Romano (2014 p. 1013), não se pode considerar que tal qualificação as possa tornar justificáveis em qualquer sentido possível, pois é de fato um contrassenso sugerir que possa haver algo como um “*pensamento, uma filosofia antissemita*”. Sob o efeito de uma contaminação que, ao menos durante certo tempo, diluiria e tornaria indistinguível a fronteira entre o que é da ordem da filosofia e o que é da ordem da ideologia, é a própria “topografia” (Trawny 2014a, p. 12) do pensamento heideggeriano que agora começa a aparecer “sob uma outra luz”. (Trawny 20014, p. 12). Donde as questões gerais que orientaram sua investigação: “Até onde alcança a contaminação antissemita do pensamento de Heidegger? Ela acomete o *corpus* desse pensamento na totalidade? Ela abrange a história do ser ou o pensamento historial em geral? Ela se deixa limitar?” (Trawny 2014a, pp. 114-115) Por certo não encontraremos nos *Cadernos Negros* nenhuma afirmação na qual Heidegger defenda o extermínio do povo judeu ou de outros povos, visto que seu antissemitismo filosófico nada tem que ver com o genocídio e, portanto, não se encontra “enredado com Auschwitz” (Trawny 2014a, p. 13) ou com concepções raciais de natureza estritamente biológica. Contudo, a descoberta de tais sentenças antissemitas de caráter filosófico-historial desencadeia “consequências devastadoras” na recepção e compreensão da filosofia de Heidegger. (Trawny 2014a, p. 12) De fato, parece inegável que a partir do momento em que uma sentença possa ser fundamentadamente declarada como preconceituosa “é a própria possibilidade de uma filosofia que naufraga.” (Romano 2014, p. 1013)

Em sua interpretação dos *Cadernos Negros*, Trawny observa que as sentenças preconceituosas de Heidegger sobre o povo judeu começam a aparecer entre 1938-1941, isto é, no contexto de maturação de sua reflexão metafísica sobre a História do Ser. Assim, o contexto em que tais sentenças aparecem é a “narrativa” filosófica (Trawny 2014a, pp.17-18) de Heidegger acerca da origem da tradição metafísica ocidental, operada com a mutação platônica em relação à compreensão pré-socrática da verdade enquanto desocultamento,

assunto que já é abordado no seminário sobre o conceito de verdade em Platão, de 1931-32. Segundo Trawny, aquilo que Heidegger descobriu no início dos anos 30, no contexto da crise do projeto da ontologia fundamental de *Ser e tempo*, “foi a narrativa de um fim e de um início a partir da qual ele retomará constantemente sua meditação, por uma década e meia, em termos da ‘história do Ser’.” (Trawny 2014a, p. 19) A partir do começo dos anos 30, portanto, Heidegger começa a pensar que a força espiritual do primeiro início do pensamento filosófico ocidental teria chegado ao fim em seu próprio tempo histórico, dando-se por missão reatar os laços do pensamento Ocidental com sua origem essencial. Tal narrativa filosófica teria então dois atores principais: os Gregos, situados no primeiro início, e os Alemães, situados no final da tradição, mas destinados a ensejar um outro início. Segundo Trawny, a partir do começo dos anos 30 Heidegger enredaria sua filosofia nos meandros de uma alternativa historial-maniqueísta: ou os alemães seriam capazes de instaurar um outro início do pensamento ocidental, ou então todo o Ocidente deixaria-se levar de maneira indecisa para o abismo do esgotamento espiritual, tese que já aparece publicamente formulada no *Discurso do Reitorado*. (Heidegger GA, 16, p. 117) Segundo Trawny,

Tudo que vinculou Heidegger com o nacional-socialismo proveio dessa narrativa do ‘primeiro início’ junto aos Gregos e do ‘outro início’ junto aos Alemães. Essa estória (Erzählung) constitui o motivo pelo qual Heidegger saudou a ‘revolução nacional’ e pôs-se a seu serviço. Com ela Heidegger vinculou-se a um nacional-socialismo espiritual, que ele rapidamente distinguiu do nacional-socialismo vulgar. (...) Desde o começo a Revolução foi para Heidegger exatamente isso: entregar-se à missão ‘dos Alemães’, ao ‘destino do Ocidente’. (Trawny 2014a, p. 28)

Em estudos anteriores (Duarte 2012 a; Duarte 2012 b) argumentei que a adesão de Heidegger ao partido nacional-socialista e sua assunção da Reitoria da Universidade de Freiburg não poderiam ser totalmente dissociados de formulações filosóficas contidas no § 74 de *Ser e Tempo* (Heidegger 1986), locus privilegiado para a discussão das relações de continuidade e descontinuidade para com certos textos filosófico-políticos posteriores, como o *Discurso do Reitorado* (Heidegger 2000; GA 16), de 1933, e o seminário sobre a *Lógica: a pergunta pela essência da linguagem*, de 1934. (Heidegger 2004) O § 74 é aquele em que Heidegger pensa a “resolução precursora” da morte (*vorlaufende Entschlossenheit*) como “repetição” (*Wiederholung*) de possibilidades históricas

já acontecidas, entendendo-a como abertura do acontecimento histórico do ser mais próprio da “comunidade” ou do “povo”. (Heidegger 1986, p.384) No entanto, naqueles estudos também argumentei que justamente o caráter filosófico-existencial da reflexão de Heidegger, naquele momento, o teria distanciado da base ideológica do nacional-socialismo e, particularmente, dos preceitos raciais a favor dos alemães e contra os judeus e outros povos. Afinal, pensados em seu caráter existencial, a partir da resolução precursora de *Ser e tempo*, povo ou comunidade não podem ser identificados ou tornados presentes, nem podem ser determinados por um conjunto de características ônticas, como etnia, raça, valores, localização geográfica, linguagem, etc. Em outros termos, o povo existencialmente considerado não pode ser entendido como coletivo agregado de sujeitos ou indivíduos portadores de determinadas características identificáveis, sejam elas de natureza biológico-racial, ou outras. Como afirmou James Phillips, em *Heidegger's Volk*, o povo existencialmente considerado é a transcendência aberta para o acontecer comum do *Dasein*, ou seja, ele é a modificação existenciária (*existenziell*) da determinação existencial (*existenzial*) do impessoal, enquanto apropriação do ser-com os outros. (Phillips 2009 p. 19, pp. 32-33) Heidegger podia então afirmar que “tão pouco como uma determinação geográfico-astronômica, pode uma característica interior encontrada por nós, quer fundada biologicamente, quer na biografia, alcançar o nosso *Dasein* aqui e agora.” (Heidegger 2004, p. 109) Numa palavra, o enraizamento histórico (*Bodenständigkeit*) que caracteriza a ontologia histórico-política de Heidegger, vinculando-a à revolução conservadora alemã dos anos 30, remete à importância de autores como Yorck e Dilthey em sua reflexão ontológico-hermenêutica (Escudero 2014, p. 125), sendo, portanto, irreduzível à visão de mundo nacional-socialista acerca da determinação racial do destino do povo alemão. Tais hipóteses parecem confirmar-se pelas análises de Trawny a respeito do emprego da noção de raça em Heidegger, embora o autor também introduza algumas ressalvas a esse respeito, sem contudo aprofundar-se no assunto: “A distância de Heidegger em relação ao ‘pensamento racial’ diz respeito à absolutização teórica de *um* momento do ‘ser-lançado’ entre outros, e, portanto, não se refere à ideia de que a raça não pertença ao *Dasein*.” (Trawny 2014a, p. 40) Seja como for, cabe ressaltar que um “racismo ontológico-histórico”, segundo a expressão de Kurt Flasch (2007, p.131), não é certamente o mesmo que o conceito biológico de raça da ideologia nacional-socialista, com todas as suas conhecidas consequências políticas.

A grande novidade teórica do livro de Trawny quanto à discussão das relações entre filosofia, história e política no pensamento de Heidegger consiste

em mostrar que, justamente no momento em que o filósofo mais parecia distanciar-se criticamente do nazismo realmente existente, isto é, por volta de 1937-1941, exatamente então ele comprometeu aspectos centrais de seu pensamento filosófico acerca da modernidade com preconceitos antissemitas assemelhados àqueles professados pela ideologia nazista. Para o autor, quanto mais entraram em crise a Alemanha e a sua própria concepção filosófica de que caberia aos alemães a tarefa da salvação das forças espirituais do pensamento ocidental, tanto mais Heidegger passou a se referir de maneira expressamente antissemita aos judeus, entendendo-os, a partir de então, como um “inimigo militar dos nacional-socialistas, ou, ainda pior, dos alemães.” (Trawny 2014a, p. 111) Para Trawny, o antissemitismo historial de Heidegger seria “uma consequência do maniqueísmo historial que irrompeu plenamente no final dos anos 30 e conduziu seu pensamento a um ou...ou que não poupou os judeus e seu destino. Quando a narrativa de Heidegger acerca do salvamento alemão do Ocidente entrou em crise – na ânsia por um clareamento (*Reinigung*) do Ser – os Judeus assumiram o lado do inimigo.” (Trawny 2014a, p. 114)

Este é justamente o ponto problemático quanto à maneira como eu vinha compreendendo a função crítica da hermenêutica epocal de Heidegger, isto é, de sua História do Ser. Em estudos anteriores (Duarte 2010; 2011; 2012a; 2012b) eu havia proposto a hipótese de que partir do início da década de 40, e sobretudo com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, Heidegger teria formulado uma crítica filosófica do nacional-socialismo, do liberalismo e do comunismo. O contexto teórico dessa crítica seria o de sua contraposição com a filosofia de Nietzsche, teórico que, gradativamente, deixava de ser considerado como o “último filósofo alemão” (Heidegger GA 16, p. 111), como afirmado no *Discurso do Reitorado*, e começava a ser definido como o último pensador da metafísica, pois sua noção de vontade de poder revelaria a verdade secreta do niilismo ocidental em seu ápice tecnológico. (Duarte 2010, pp. 33 e sgts.) Minha hipótese era a seguinte: com o amadurecimento de sua hermenêutica epocal, Heidegger deixaria de interpretar a filosofia de Nietzsche e o próprio nacional-socialismo como antídotos à crise niilista da modernidade, a qual, por sua vez, seria agora referida à vontade de poder como instância ontológica determinante do esquecimento do ser e da plena entrega dos entes ao regime tecnocientífico de sua calculabilidade, produtividade e destruição, sob o império da maquinação (*Machenschaft*). (Duarte 2010, p. 37 e sgts.) Enquanto critério de avaliação da evolução do pensamento de Heidegger em seu confronto com a filosofia de Nietzsche e com a modernidade, e quanto à importância crescente que a questão da técnica assume em sua filosofia,

esta hipótese continua sendo perfeitamente sustentável. Também é certo que Heidegger tenha proposto críticas ácidas ao nacional-socialismo, a partir do momento em que começou a entendê-lo como parte do projeto metafísico de devastação técnica da terra, ao lado do americanismo e do bolshevismo, assunto que eu já discutira (Duarte 2010, p.24) seguindo a linha interpretativa de Silvio Vietta (1993). No entanto, a publicação dos *Cadernos Negros* agora revela que aquelas críticas de Heidegger ao nazismo de modo algum constituíam um índice de seu claro afastamento em relação ao regime e a seu agressivo preconceito contra o povo judeu, nem tampouco sinalizavam que o filósofo já houvesse abdicado das expectativas soteriológicas depositadas por ele próprio no povo alemão e em seu destino historial. Numa palavra, o que os *Cadernos Negros* mostram é que a posição de Heidegger em relação ao nacional-socialismo é profundamente ambígua e de difícil caracterização, oscilando entre a crítica ao seu caráter racial-biológico e hiper-tecnológico, por um lado, e o recurso a um nazismo arqui-originário e filosófico, de cuja suposta verdade o filósofo seria o único e secreto intérprete. Do mesmo modo, os *Cadernos* também mostram o quão profundamente ambíguas são as relações de Heidegger com os judeus, oscilando entre a proximidade e até mesmo a intimidade, no plano pessoal (Arendt, por exemplo), e o rechaço generalizado, inspirado por preconceitos antissemitas que se mesclam a reflexões filosóficas e políticas. Segundo Trawny, Heidegger somente se distanciou dessas posições em favor dos alemães e contra os judeus bem depois de terminada a guerra, a partir de finais dos anos 40, quando sua filosofia finalmente se libertou do maniqueísmo historial que contrapusera o primeiro início ao outro início do pensamento: “Heidegger liberou-se da narrativa que se encontra no começo de sua radicalização da diferença entre ‘Seer’ e ‘Ente’ de maneira lenta, dolorosa, mas finalmente significativa. Seu pensamento terá conquistado uma medida em suas últimas três décadas, algo que lhe faltara no tempo da desmesura, aproximadamente entre 1933 e 1947.” (Trawny 2014a, p. 115)

Passo agora a um breve e provisório comentário das sentenças antissemitas destacadas e analisadas por Trawny. A tarefa é não apenas espinhosa para um estudioso do pensamento de Heidegger, como ainda contém um problema dificilmente solucionável: como ler e analisar tais sentenças sem amenizar seu caráter chocante, ou mesmo por vezes repugnante de um ponto de vista

político, filosófico ou moral, mas sem, tampouco, ceder ao plano do escândalo retórico, registro sob o qual não é possível levar a cabo uma interpretação cuidadosa de seu conteúdo, tornando, assim, impossível determinar o impacto que tais sentenças projetam sobre aspectos importantes da filosofia de Heidegger? Ressalto aqui, portanto, que meu intento de compreender tais sentenças de modo algum resvala na condescendência ou na complacência para com o que de pior e mais indefensável se encontra na filosofia de Heidegger, isto é, a presença de ideias preconcebidas e de caráter discriminatório, jamais submetidas a qualquer dúvida ou questionamento crítico.

A primeira sentença diz o seguinte:

O crescimento contemporâneo do poderio judaico tem como seu fundamento que a metafísica ocidental, e tanto mais em seu desenvolvimento moderno, tenha oferecido o ponto de partida para o expandir-se de uma racionalidade vazia e para uma capacidade de cálculo que, por este caminho, encontrou morada no ‘espírito’, sem contudo poder apreender o campo oculto das decisões essenciais a partir dele mesmo. Quanto mais se tornam originárias e iniciais as decisões e questões porvindouras, tanto mais inacessíveis elas permanecem para essa ‘raça’. (...) Meu ‘ataque’ contra Husserl não se volta contra ele apenas, e no geral não é essencial – o ataque vai contra a negligência da questão do ser, isto é, contra a essência da metafísica enquanto tal, sob cujo fundamento a maquinação (Maschenschaft) dos entes busca determinar a história. O ataque funda um instante histórico da mais alta decisão entre o primado dos entes e a fundação da verdade do Ser. (Trawny 2014a, p. 32; Heidegger GA 96, Überlegungen XII, pp.46-47)

Em primeiro lugar, Heidegger associa o “crescimento contemporâneo do poderio judaico”, um dos lemas centrais do antissemitismo nazista, à sua própria tese filosófica sobre o desenvolvimento interno da metafísica ocidental, que, na modernidade, teria concedido morada espiritual ao desenvolvimento de uma racionalidade vazia e calculadora. O fundamento do aumento do poderio do povo judeu no mundo contemporâneo estaria assim relacionado à expansão metafísica do princípio de uma racionalidade vazia e calculadora, manifesta nos domínios da política, da economia, da ciência e da técnica, nos quais, segundo Heidegger, não se pensa, mas apenas se procede à manipulação calculada dos entes. Se os judeus são poderosos, como repetiam à exaustão os nazistas, é porque eles se comportam de acordo com as coordenadas ontológicas da modernidade tecnológica. Se Heidegger não considera que

toda racionalidade vazia e calculadora seja de origem judaica, por outro lado ele pensa, em sintonia com preconceitos bastante disseminados na Alemanha de seu tempo – mas que, entretanto, são historicamente muito antigos – que os judeus seriam incapazes de se desvincular do cálculo vazio, isto é, incapazes de uma serena meditação filosófica sobre o esquecimento do ser. (Trawny 2014b, p. 139) Assim, Heidegger pode relacionar a suposta incapacidade da filosofia de Husserl para apreender o campo das decisões essenciais e originárias, relativas ao pensamento ser, ao fato de que ele pertence à ‘raça’ judaica. O emprego das aspas se deve, provavelmente, ao fato de que Heidegger não entendia a raça segundo os critérios ideológicos do nacional-socialismo, com suas conotações biológicas e políticas, mas, antes, como realidade espiritual, inteligível à luz de sua própria decifração da metafísica dos modernos. O caráter perturbador desta sentença não reside apenas no fato de Heidegger empregar uma noção de raça que permanece indeterminada em seu caráter ontológico, a fim de justificar as supostas limitações da filosofia de Husserl. Além disso, Heidegger ainda associa algumas de suas principais teses filosóficas a respeito da modernidade, enquanto época da História do Ser determinada pelo avanço da racionalidade vazia e calculadora, a elementos centrais do antissemitismo ideológico nazista, como o mito de um suposto aumento do poderio judaico no mundo contemporâneo: mesclam-se assim os planos da reflexão ontológica e ôntica sem quaisquer cuidados suplementares.

Os mesmos graves problemas se repetem na segunda sentença destacada por Trawny:

Por sua acentuada habilidade calculadora, desde há muito tempo os judeus já ‘vivem’ segundo o princípio da raça, motivo pelo qual se colocam o mais enfaticamente contra sua aplicação ilimitada. A instituição da criação racial não provém da própria ‘vida’, mas da sobre-potenciação (Übermächtigung) da vida pela maquinação. A maquinação opera, com tal plano, uma total desracialização (völlig Entrassung) dos povos, por meio da fixação dos mesmos numa instituição uniforme e monótona (gleichgebaute und gleichschnittige) de todos os entes. Junto com a desracialização vem o auto-estranhamento dos povos – a perda da história, isto é, do campo das decisões para o Seer. (Trawny 2014a, p. 32; Heidegger GA 96, Überlegungen XII, p. 56)

Para Heidegger, como vimos, o modo de ser do povo judeu estaria fundado na metafísica ocidental que, na modernidade, potencializou a racionalidade técnica e vazia, da qual os próprios judeus se beneficiariam para aumentar seu

poderio. Desde a perspectiva metafísica assumida por Heidegger, portanto, viver segundo o princípio da raça, neste contexto, significaria viver segundo a orientação ontológica do cálculo. Se os judeus agora protestam contra a aplicação das políticas raciais do nacional-socialismo, eles o fariam apenas para melhor ocultar do grande público o fato de que eles próprios já viveriam segundo o princípio racial, explicitado metafisicamente pela racionalidade calculadora que os favoreceria. Aqui Heidegger parece oscilar entre um vago entendimento metafísico da noção de raça, e uma compreensão propriamente ôntica e ideológica da mesma, aspecto ressaltado pela menção à reação dos judeus contra as políticas raciais postas em prática pelo regime de Hitler. Ademais, o filósofo não apenas associa a racionalidade calculadora da metafísica moderna ao velho preconceito a respeito de uma suposta habilidade judaica para os jogos econômicos e de poder, mas, além disso, ainda funda tais preconceitos na sua noção filosófica da “maquinação” (*Machenschaft*). Como se sabe, a noção de maquinação é uma importante precursora da concepção heideggeriana madura sobre a essência da técnica moderna (*Ge-stell*), bem como figura no centro de suas principais teses sobre o esquecimento do Ser na modernidade. (Duarte 2010, pp. 32-42) Se a vida, no mundo contemporâneo, caiu sob o domínio das teorias raciais, isto dependeria de sua potenciação excessiva, levada a cabo pela vontade de poder que somente quer a si mesma, a fim de poder continuar a querer sempre mais e mais, promovendo assim a fixação “uniforme e monótona” de todos os entes. É, pois, sob o impacto da maquinação que os entes são elevados ao estatuto de máximo interesse e disputa mundiais, mas isto somente ocorre na medida em que a instituição do ente na totalidade agora se dá de maneira correlativa ao desenraizamento de tudo o que é. Ou seja, a maquinação operaria de maneira coetânea à perda da dimensão historial dos povos, que, no mundo moderno, sofreriam as consequências de um acelerado processo ontológico de “des-racialização”, tornando-se indistintos. Uma vez mais os planos ôntico e ontológico são rebatidos um sobre o outro, e Heidegger acaba extraindo de suas próprias especulações metafísicas implicações políticas compatíveis com aspectos da ideologia nazista.

Confirma-se agora que o alastramento da moderna tecnociência, da razão vazia e calculadora e o fortalecimento do poderio judaico no mundo contemporâneo estão metafisicamente comprometidos, tendo como seu fundamento a maquinação e a concomitante perda da dimensão historial dos povos contemporâneos, que Heidegger pensa segundo o registro mais do que problemático da raça e da desracialização. Tudo se passa como se o povo judeu, isto é, o povo carente de enraizamento em um mundo próprio, estivesse

ontologicamente comprometido com a “perda de mundo” (*Weltlosigkeit*) que abrangeria o moderno processo de desenraizamento de todos os povos sob a égide da maquinação, consideração que, uma vez mais, faz confluír ideologia e reflexão metafísica. Mesmo que não se trate de fazer dos judeus os artífices de um processo historial que os beneficia, como eles de fato eram representados na ideologia nazista, ainda assim é evidente que Heidegger atribui um papel central ao povo judeu no escopo de sua meditação filosófica sobre a perda de enraizamento histórico e mundano dos povos contemporâneos, entendido como um processo de desracialização generalizada. Para Heidegger os judeus seriam desprovidos de mundo e, enquanto tais, ao expandirem-se e fundirem-se com todas as culturas, de algum modo tornariam ainda mais acelerado o processo de auto-estranhamento e de não reconhecimento de cada povo em sua densidade histórico-racial própria. Em toda essa reflexão, como sempre, nenhuma palavra sobre o fato de que se os judeus constituíram um povo da diáspora, isto se deu por causa de múltiplas perseguições religiosas, culturais e sociais a que estiveram submetidos ao longo da história do Ocidente. Mesmo se Heidegger não vê no povo judeu o perigo da degeneração racial global, sua sentença reproduz, no plano teórico, a mesma estratégia ideológica do nazismo, que produz a figura estereotipada do judeu como perigo supremo, desprovido de rosto e de história, posto que disseminado por todo mundo e atuando sempre de maneira secreta, por detrás do plano das aparências. Em uma passagem particularmente sombria dos *Cadernos*, Heidegger chega mesmo a conjecturar que uma das “figuras mais escondidas do gigantesco, e talvez a mais antiga,” seria a “tenaz historialidade (*Geschicklichkeit*) do calcular, do traficar e do misturar-se com outros, que fundou a perda de mundo (*Weltlosigkeit*) do judaísmo” (Trawny 2014a, pp. 33-34; Heidegger GA 95, Überlegungen VIII, p. 9) Nas reflexões de “A época da imagem do mundo”, de 1937-38, Heidegger já pensava o gigantesco como um traço essencial da modernidade, época em que o quantitativo tornou-se qualitativo. Na modernidade o gigantismo e infinitamente pequeno se equivalem, pois agora tudo se torna um, sob o comando calculado e programado do Homem enquanto *subjectum*. (Heidegger 1994, p. 95) O aspecto lastimável é que agora Heidegger associa o gigantesco, entendido como manifestação ontológica do princípio da maquinação que a tudo aplaina, destruindo as diferenças entre os povos e as culturas em nome de um cosmopolitismo vazio, ao fundamento da perda de mundo do povo judeu, o qual, por sua vez, promoveria a perda de mundo de todos os povos no mundo contemporâneo. Mesmo se os judeus não são responsabilizados pelo desenraizamento moderno, Heidegger considera que eles assumiriam um papel central nesse processo metafísico.

A terceira sentença filosófico-antisemita de Heidegger é a seguinte:

Mesmo a consideração de um entendimento com a Inglaterra, no sentido de uma distribuição de 'privilégios' do imperialismo, não se encontra na essência do processo histórico que a Inglaterra já leva agora a termo no interior do americanismo e do bolshevismo, e isto quer dizer, também e ao mesmo tempo, no interior do judaísmo mundial (und d.h. zugleich auch des Weltjudentums). A questão acerca do papel do judaísmo mundial não é de modo algum racista, mas é antes a questão metafísica acerca da forma de humanidade que, de um modo desvinculado em geral (schlechthin ungebunden), pode empreender o desenraizamento de todos os entes com relação ao ser como 'tarefa' da história mundial. (Trawny 2014a, p. 33; Heidegger GA 96, Überlegungen XIV, p. 243)

Para Heidegger, quem quiser determinar filosoficamente o papel que as grandes potências desempenham no conflito mundial, não poderá pensar em termos de relações econômicas ou de acordos políticos, mas deverá referi-lo ao plano metafísico da História do Ser. Neste caso preciso, trata-se de interrogar a relação que Inglaterra, União Soviética e Estados Unidos assumem com relação à tarefa historial do desenraizamento de todos os entes no contexto metafísico da maquinação. É neste sentido que, metafisicamente considerados, americanismo (Estados Unidos e Inglaterra) e bolshevismo (União Soviética) são entendidos como instâncias que levam a cabo processos históricos similares de desenraizamento incondicional de todos os povos. Em relação a essas teses heideggerianas já bem conhecidas, porém, a novidade reside em que o filósofo agora enxerga o judaísmo mundial como um elemento metafísico a mais, ativo de maneira subjacente no interior do americanismo e do bolshevismo, assumindo assim um alcance mundial. Como povo desprovido de enraizamento em uma terra-natal própria, os judeus não apenas se dispersaram pelo mundo, como também teriam formado uma comunidade mundial capaz de agir em todos os países, de maneira livre e desvinculada, no sentido de acirrar a perda de raízes de todos os povos. Por este motivo Heidegger considera, em uma passagem ainda inédita de GA 97, citada por Trawny (2014b, pp. 141-142), que o judaísmo internacional constituiria um princípio metafísico de destruição.⁴

4 A passagem inédita não é citada integralmente em alemão no seu artigo, de modo que, para evitar possíveis mal-entendidos, prefiro não traduzi-la para o português a partir da paráfrase oferecida em francês.

Segundo Trawny, tudo aquilo que Heidegger mais prezaria e se prontificaria a defender filosoficamente, como a terra, o enraizamento, o próprio, os deuses, a poesia, corresponderia exatamente àquilo que seria “contaminado” pelo judaísmo internacional. (Trawny 2014a, p. 53) Assim, ao considerar metafisicamente o povo judeu como povo desenraizado, Heidegger fez dele o “inimigo do ‘enraizamento’ dos alemães” (Trawny 2014a, p. 54), tornando uma vez mais indistintos os planos ôntico e ontológico. Como os judeus são desprovidos de pátria, eles desconhecem o embate metafísico entre mundo e terra e, deste modo, agem no plano internacional de maneira a promover a perda de enraizamento histórico de todos os povos. (Trawny 2014b, p. 143) Em outra passagem particularmente perturbadora dos *Cadernos Negros*, Heidegger sentencia que “o judaísmo mundial, estimulado por emigrantes que deixaram a Alemanha, é de modo geral inabarcável (*unfassbar*), bem como jamais precisa se ocupar com ações de guerra para levar a cabo o desenvolvimento de seu poderio,” ao passo em que os alemães são obrigados a “sacrificar o melhor sangue dos melhores do próprio povo.” (Heidegger GA 96, Überlegungen XV, p. 262) Além de pensar que os judeus que deixaram a Alemanha estimulam as ações de uma suposta comunidade judaica internacional, Heidegger também assume como real a existência de um conflito entre alemães e judeus cosmopolitas, bem como responsabiliza a estes últimos pelo derramamento do melhor sangue dos melhores dentre os alemães, o que mostra uma vez mais que os planos ôntico e ontológico se confundiram de maneira indeterminada nessas reflexões parciais e enviesadas.

Trawny ressalta, a meu ver corretamente, que Heidegger “oscila na interpretação da relação entre judaísmo internacional e maquinação. Por um lado, ele atribui ao ‘judaísmo mundial’ um papel especial enquanto ativo representante internacional da técnica. Por outro lado, todos pertencem a uma mesma história. (...) Os judeus seriam simplesmente mais uma figura da topologia metafísica” (Trawny 2014a, p. 52) ao lado dos americanos, dos ingleses, dos soviéticos, dos alemães ou dos orientais. Esta oscilação é particularmente relevante na consideração do assunto, pois mostra que a despeito de Heidegger conceder especial atenção ao povo judeu, no âmbito do aceleramento da moderna devastação tecnológica da terra, ele também considera tal povo como apenas mais um elemento dessa conjuntura metafísica. À luz dessa ressalva, parece permanecer indeterminado qual é efetivamente o papel atribuído por Heidegger aos judeus na consideração metafísica e política das consequências niilistas levadas a cabo no projeto moderno da maquinação.

A despeito de reconhecer tal oscilação, a crítica de Trawny assume seu caráter mais contundente justamente a partir daqui. Ao afirmar que Heidegger

inscreve “o ‘pensamento racial’ dos judeus e dos nacional-socialistas na história do ser, na história da ‘maquinação,’” (Trawny 2014a, p. 44) o autor conclui que, sob essa perspectiva metafísica, se poderia dizer que “judaísmo e nacional-socialismo são o mesmo” (Trawny 2014a, p. 45), afirmação até certo ponto plausível, porém não confirmada por alguma citação de Heidegger. Seja como for, Trawny não centra sua crítica no nivelamento ontológico entre agressores e vítimas, mas dá um passo decisivo ao derivar, dessa suposta competição secreta entre judeus e nacional-socialistas em torno da História do Ser, a ideia de que tais teses filosóficas de Heidegger estariam sob a influência ou sob a contaminação dos postulados ideológicos do *Protocolo dos Sábios de Sião*, o famoso panfleto ideológico apócrifo no qual se forjou a ficção de uma suposta conspiração judaica mundial pelo controle absoluto da história contemporânea. Trawny não afirma que Heidegger tenha lido o panfleto, mas supõe que o filósofo teria entrevisto semelhanças fundamentais entre suas especulações metafísicas e o conteúdo dos *Protocolos*, o qual se encontraria presente nos discursos de Hitler (Trawny 2014a, p. 120). Para Trawny,

*O maniqueísmo historial que se intensificou ao final dos anos trinta, isto é, a narrativa de que uma história do mundo e da pátria tornara-se ameaçada por uma não-história da perda de mundo e da perda de pátria, constituiu o ambiente no qual o antissemitismo convencional, latente já desde há muito em Heidegger, pôde encontrar um sentido historial. Neste ambiente puderam penetrar e proliferar no pensamento de Heidegger histórias repulsivas (*Protocolo dos Sábios de Sião*) e lendas banais como a ‘historialidade calculadora’ judaica. (Trawny 2014a, p. 111)*

Parece claro que, entre finais dos anos 30 e parte dos anos 40, observa-se uma sinistra confluência entre aspectos da filosofia de Heidegger e alguns preconceitos antissemitas professados pelo nacional-socialismo. Coisa diversa, contudo, é supor que tal contaminação seja o índice de que a filosofia de Heidegger, ou, ao menos, certos aspectos de sua História do Ser, tenham sido influenciados pelos *Protocolos dos Sábios de Sião*, disseminados pelos discursos de Hitler escutados pelo filósofo. Para além da menção a uma passagem, na qual Jaspers afirma que Heidegger certa vez lhe teria dito que acreditava na existência de uma “associação internacional dos judeus” (Trawny 2014b, p.145), Trawny não demonstra de maneira conclusiva, ou mesmo suficiente, que a filosofia de Heidegger tenha sido influenciada por Hitler ou pelos *Protocolos*. Segundo Trawny, do ponto de vista das especulações metafísicas de Heidegger, a derrota dos alemães dever-se-ia ao fato de que também eles

teriam se submetido ao princípio metafísico da modernização tecnológica e, assim, também teriam sucumbido ao plano do desenraizamento, do qual fariam parte por excelência os judeus. Seguindo tal linha de raciocínio, Trawny argumenta que, para Heidegger, é provável que o nacional-socialismo tivesse se tornado nada mais que uma “marionete do poder judaico ‘inabarcável em geral’” (Trawny 2014a, p. 56), o que, deste modo, corroboraria sua hipótese acerca da influência da ideologia nazista e dos *Protocolos* sobre sua filosofia. Para Trawny, portanto, é ao menos possível que Heidegger tenha pensado que uma vitória em sentido próprio e essencial dos alemães devesse significar uma contundente derrota à perda de chão e de mundo, isto é, que ela devesse implicar uma “aniquilação da maquinação e, deste modo, também uma aniquilação do povo judaico.” (Trawny 2014a, p. 56) À luz de tais considerações é o próprio conceito de maquinação que “entra em crise”:

O conceito da ‘maquinação’ poderia conter momentos ideológicos não muito distantes daquilo que se atribuiu ideologicamente ao ‘judaísmo mundial’ – sem, contudo, avançar totalmente nestes momentos. O pensamento de que a ‘maquinação’ opera um conflito bélico entre os judeus e os nacional-socialistas (...) não pode enfraquecer a impressão de que haja, a este respeito, uma influência antissemita dos ‘Protocolos’ no pensamento de Heidegger. (Trawny 2014a, p. 56)

Este é o aspecto mais problemático da interpretação proposta por Trawny, de resto bastante criteriosa. Sem poder demonstrar o caráter propriamente ideológico de tal contaminação, o autor passa a sugerir tal possibilidade interpretativa recorrendo a extrapolações quanto às afirmações de Heidegger, ao mesmo tempo em que também sugere, porém sem poder comprová-lo, que a “pessoa de Hitler me parece ser uma chave de compreensão para interpretar a lealdade heideggeriana para com o Terceiro Reich.” (Trawny 2014b, p. 140) Afinal, salvo consideração mais apurada, Heidegger não chegou a afirmar que o nacional-socialismo e o judaísmo seriam o mesmo; que os alemães teriam se tornado marionetes nas mãos do judaísmo mundial; que os judeus teriam se tornado um inimigo militar do povo alemão, a ser combatido por meios militares; nem muito menos que uma vitória dos alemães somente poderia se dar ao custo do extermínio do povo judeu, enquanto representante supremo do princípio metafísico moderno do desenraizamento historial. Jean-Claude Monod, a despeito de concordar em geral com as teses de Trawny, ressalva que em momento algum “se encontra o termo ‘complô’ sob a pluma de

Heidegger”, bem como observa que a própria noção heideggeriana da maquinação insere-se numa história do ser que é fundamentalmente “supra-antropológica” (2014, p. 980-981), pois recusa a ideia de que haveria um sujeito, individual ou coletivo, que pudesse se apossar de tal princípio metafísico, do mesmo modo como um títere manipula suas marionetes. Ademais, a própria noção de ‘contaminação’, empregada por Trawny, é criticável, como ele próprio chega a reconhecer, pois ela “corresponde a uma lógica da purificação que talvez tenha penetrado em meu texto a partir da idéia de Heidegger sobre um ‘clareamento (*Reinigung*) do Ser’. Eu deixei que meu pensamento se ‘contaminasse’ aqui e ali. Mas um pensamento envenenado torna-se fraco, torna-se cego. Teria eu sobre-interpretado as afirmações de Heidegger sobre o ‘judaísmo mundial?’” (Trawny 2014a, p. 121) No entanto, ao supor já no título de seu livro a existência de uma relação entre Heidegger e o mito da conspiração judaica mundial, Trawny acaba contribuindo para lançar um vigoroso anátema sobre a História do Ser e sobre o conceito da maquinação, ou, segundo se queira, mesmo sobre a totalidade de sua filosofia.

É certo que Trawny afirma, a meu ver corretamente, que a existência no pensamento de Heidegger de algo como um antissemitismo de natureza filosófica não faria da “história do ser algo antissemita”. (Trawny 2014a, p.121) Ele também recorda que as afirmações antissemitas de Heidegger, sendo secretas, “não desempenharam qualquer papel no ambiente do ‘Terceiro Reich’.” (Trawny 2014a, p. 119) Finalmente, ele também reconhece que aquilo que nós hoje sabemos sobre o extermínio do povo judeu, “Heidegger não o sabia nos anos entre 1938-1941.” (Trawny 2014a, p. 122) Ao mesmo tempo, porém, ele enfatiza que, no momento em que Heidegger pronunciava secretamente suas afirmações antissemitas, as “sinagogas queimavam na Alemanha” (Trawny 2014a, p. 122), de sorte que não se poderia de modo algum alegar que Heidegger desconhecesse o cotidiano das violentas perseguições alemãs contra os judeus. Finalmente, é preciso também considerar que, se nos *Cadernos Negros* se encontram apenas “poucas palavras” a respeito da tristeza e sofrimento dos alemães, ali jamais encontraremos “nenhuma palavra acerca da penúria dos judeus” (Trawny 2014a, p. 122)

Para o autor, os *Cadernos Negros* mostram quão profundamente o pensamento de Heidegger se deixou abalar pelas agitações de seu tempo, bem como revelam o quanto a integridade de sua reflexão filosófica sofreu com tais abalos e agitações mundanos. Sabe-se que Heidegger autorizou a publicação dos *Cadernos Negros* como peça de encerramento de sua *Gesamtausgabe*, o que mostra que ele os tinha em alta consideração. Contudo, jamais saberemos se

Heidegger havia “se esquecido daquilo que eles continuam”, ou se, por outro lado, ele teria querido “comunicar-nos acerca daquele drama filosófico tão único na história espiritual do século 20”. (Trawny 2014a, p. 116) Mesmo sem poder comprová-lo, ao final de seu livro Trawny conjectura que a decisão de Heidegger de publicar os *Cadernos* esteja relacionada à sua vontade de mostrar publicamente que o grande pensamento é capaz de errar grandemente: “Quando a filosofia acontece ela é livre. Pertence à liberdade o perigo do descaminho. (...) O drama da filosofia não consiste na possibilidade do errar? Talvez não haja filosofia sem uma dor que lhe seja toda própria.” (Trawny 2014a, p. 122) Já para Claude Romano, por outro lado, a autorização para a publicação do material apenas confirmaria que Heidegger jamais deixara de pensar aquilo que ele antes afirmara. (2014, p. 1014) Seja como for, tanto para Trawny como para Romano as anotações contidas nos *Cadernos* não seriam suficientes para anular o caráter filosófico do pensamento de Heidegger, que permanece uma das principais referências teóricas do século 20. Contudo, ressalva Trawny, “mesmo que o pensamento de Heidegger possa sobreviver a toda revisão, ainda assim as afirmações sobre as quais refletimos permanecerão como cicatrizes abertas. Aconteceu uma ‘ferida do pensamento’.” (Trawny 2014a, p. 117)

De meu ponto de vista, o aspecto mais relevante a ser discutido em relação às teses preconceituosas de Heidegger sobre os judeus é o de que elas foram formuladas em chave filosófica, donde sua correta caracterização por Trawny como teses ontológico-históricas, relativas à História do Ser. Se é inegável que algumas de suas sentenças filosóficas estejam marcadas por preconceitos contra o povo judeu, tornando-as problemáticas, não é simples determinar se tais preconceitos teriam sua origem na ideologia nazista, cujo caráter biológico-racial Heidegger claramente recusara por motivos filosóficos, ou se eles seriam de fundo religioso, cultural, espiritual e social, sendo historicamente bastante antigos. O problema reside em que inúmeros preconceitos sociais, culturais e religiosos contra os judeus foram incorporados à ideologia antisemita propriamente nazista, de modo que não é possível distinguir a ambos de maneira absoluta. No entanto, tampouco podemos desconsiderar que, neste movimento de incorporação de velhos preconceitos contra os judeus pela ideologia racial nacional-socialista, eles sofreram uma importantíssima mutação, tornando-se muito mais perigosos e letais. Como observaram Hannah Arendt (2000) e Michel Foucault (2000), o sentido do termo raça somente assumiu conotações biológico-políticas em meados do século XIX, momento a partir do qual o racismo tornou possível a instauração de massacres biopolíticos de caráter genocida. Ora, quando Heidegger se refere ao povo judeu em termos de ‘raça’,

ele recorre frequentemente a aspas, dando assim a entender que seu conceito filosófico-historial de raça, a despeito de indeterminado, não se confundiria com o conceito racial biológico do nacional-socialismo, de modo que o filósofo tampouco se comprometeria com as consequências políticas desta noção, isto é, o extermínio de uma raça considerada inferior e perigosa. Deste modo concordo com Escudero (2014, p. 130), para quem a discussão da relação de Heidegger com os judeus deve “levar em conta uma série de diferenciações e matizes em torno ao que se quer dizer com o termo ‘antissemitismo’.” Para o autor, o que se comprova nos textos de Heidegger não é o antissemitismo de natureza ideológica nazista, com suas consequências políticas relativas ao genocídio, mas sim as “marcas profundas de um antijudaísmo espiritual e cultural, particularmente presente nas esferas universitária e acadêmica.” (Escudero 2014, p. 131)

Seja como for, está claro que ao fundir velhos e novos preconceitos na caracterização estereotipada e depreciativa do povo judeu a algumas de suas teses filosóficas centrais sobre a modernidade, Heidegger as expôs a um terrível fundo de arbitrariedade. Os críticos mais açodados se apressarão em confirmar que tal compatibilidade apenas prova de maneira cabal que o filósofo desde sempre deduziu sua filosofia dos preconceitos ideológicos nazistas com os quais concordava, de modo que Heidegger teria efetivamente pretendido introduzir o nazismo no âmbito da filosofia. (Faye 2005) Não me parece que se possa demonstrar que essas sentenças antissemitas de caráter historial comprovem o compromisso filosófico de Heidegger com aspectos centrais da ideologia nacional-socialista, tal como ela então se apresentava aos alemães nos discursos de Hitler e na massiva propaganda que a tudo envolvia. Contudo, ainda que se possa argumentar que tais sentenças preconceituosas não são o resultado de um encontro necessário e absoluto entre especulação metafísica, ideologia e preconceito, cabe não perder de vista que tal confluência foi ao menos possível durante algum tempo, de sorte que não se pode mais deixar de examinar criticamente alguns aspectos da História do Ser de Heidegger. Mesmo que permaneça certa indeterminação quanto à natureza das teses historiais de Heidegger contra os judeus, resta incontornável o fato de que o filósofo expôs sua reflexão não apenas ao repúdio político e moral, mas, sobretudo, ao efeito corrosivo do absurdo, maculando assim a pertinência teórica de aspectos importantes de seu diagnóstico filosófico sobre a modernidade. A esse respeito penso que o veredito de Hannah Arendt continua inteiramente válido: “os intelectuais alemães também tiveram suas teorias sobre Hitler. E teorias prodigiosamente interessantes! Teorias fantásticas, apaixonantes, sofisticadas, que planavam nas alturas, por cima do nível das

divagações habituais! Achei isso grotesco. Os intelectuais caíram na armadilha de suas próprias construções...” (Arendt 1993, p. 133)

Para concluir, não considero que as sentenças antisemitas encontradas nos *Cadernos Negros* constituam a suma ou a verdade última da filosofia de Heidegger, de sua História do Ser, ou mesmo apenas de seu conceito ontológico-histórico da maquinação, os quais permanecem sujeitos à discussão e à crítica, mas não constituem prova conclusiva quanto ao caráter ideológico de sua filosofia. Recorde-se que a consigna de abertura do primeiro volume dos *Cadernos* dá o tom tateante de todo o empreendimento, que de modo algum pretendeu ser uma análise conclusiva a respeito do judaísmo ou do que quer que fosse, mas abarcou inúmeros aspectos centrais da filosofia de Heidegger, sem jamais pretender dar-lhes a palavra final: “As notações dos *Cadernos Negros* são, no âmago, um intento voltado ao simples nomear – de modo algum afirmações ou notícias para um sistema planejado.” (Heidegger GA 94). Muito ainda haverá que analisar e discutir a respeito do modo como Heidegger entendeu a situação dos judeus no mundo contemporâneo, e mesmo sobre a maneira como ele refletiu filosoficamente sobre seu extermínio, mas fazer de Heidegger um arauto da *Shoa* é certamente uma tarefa para difamadores e não para intelectuais.⁵ O que os *Cadernos Negros* talvez nos ajudem a compreender é o fato de que uma tal confluência entre filosofia, preconceito e ideologia é tanto mais provável de acontecer quanto mais as teses filosóficas sejam formuladas a partir de uma perspectiva metafísica que se distancia de maneira absoluta em relação à consideração da particularidade dos acontecimentos históricos, aspecto problemático ressaltado por Hannah Arendt em seu texto de homenagem aos oitenta anos do filósofo. (1987) Como observei em outra oportunidade (Duarte 2000, p. 331-332), se Heidegger foi para Arendt o exemplo vivo e privilegiado acerca da atividade de pensar, ele jamais

5 Notícias recentes dão conta de que o volume GA 97 dos *Cadernos Negros* contém reflexões de Heidegger bastante criticáveis sobre a *Shoa*. Segundo o comentário de Donatella Di Cesare, Heidegger considera que a *Shoa* “coincide com o ‘supremo acabamento da tecnologia’ que se consome a si mesma após devorar tudo o que é. Neste sentido, o extermínio dos judeus representa o momento apocalíptico em que aquilo que destrói acaba se autodestruindo. Enquanto ápice da ‘autodestruição na história’, a *Shoa* torna possível a purificação do Ser.” Veja-se: http://www.corriere.it/english/15_febbraio_09/heidegger-jews-self-destructed-47cd3930-b03b-11e4-8615-d0fd07e-abd28.shtml. Em outra entrevista sua menciona-se a seguinte sentença de Heidegger no volume GA 97: “*Wenn erst das wesenhaft Jüdische im metaphysischen Sinne gegen das Jüdische kämpft, ist der Höhepunkt der Selbstvernichtung in der Geschichte erreicht.*” (“Apenas quando o essencialmente ‘judaico’ em sentido metafísico luta contra o judaico, alcança-se na história o ponto supremo da auto-aniquilação.”) Cf. <http://www.hoheluft-magazin.de/2015/02/heidegger-enthuellung> Sem dispor do contexto dessa sentença não é possível avançar uma interpretação fundamentada, mas é certo que a sentença ensaja muita discussão crítica.

poderia ter-lhe oferecido inspiração quanto ao quê significa pensar de uma maneira política, isto é, quanto a como julgar os acontecimentos políticos particulares, dado que sua morada pensante se afastara demasiadamente do mundo público-político e de sua pluralidade constitutiva. Talvez aí resida o verdadeiro problema filosófico exposto pelos *Cadernos Negros*.

Referências Bibliográficas

- Arendt, H. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. SP: Cia das Letras, 2000.
- _____. “Só permanece a língua materna”. In *A dignidade da política*. RJ: Relume-Dumará, 1993.
- _____. “Martin Heidegger faz oitenta anos”, *Homens em Tempos Sombrios*. Tradução de Denise Bottman. SP: Companhia das Letras, 1987.
- Bambach, Charles. *Heidegger's Roots. Nietzsche, National Socialism and the Greeks*. Ithaca: Cornell University Press, 2003.
- Di Cesare, D. “Heidegger – ‘Jews Self-destructed’”. In *Corriere della Sera*. English version. Consultado em 10.02.2015 http://www.corriere.it/english/15_febbraio_09/heidegger-jews-self-destructed-47cd3930-b03b-11e4-8615-d0fd07eabd28.shtml
- _____. “Heidegger-Enthüllung. Selbstvernichtung der Juden.” In *Hohe Luft*, Philosophie Zeitschrift 10.02.2015. Consultado em 15.02.2015 em <http://www.hoheluft-magazin.de/2015/02/heidegger-enthuellung>
- Duarte, André. “Heidegger e o pensamento contemporâneo da comunidade: para uma hermenêutica ontológica do ser-em-comum”. In *Revista Ekstasis. Revista de Hermenêutica e Fenomenologia*, ano 1, vol. 1, 2012a.
- _____. “Historia y política en la filosofía de Heidegger entre 1927-1936” In: Veiga, Itamar; Schio, Sonia. (Org.) *Heidegger e sua época: 1920-1930*. Porto Alegre: Clarinete, 2012b.
- _____. “Pobreza de espírito? Philippe Lacoue-Labarthe e a crítica ao nacional-espiritualismo de Heidegger”. In *Natureza Humana* (Online), v. 13, pp. 25-45, 2011.
- _____. *Vidas em Risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. RJ: GEN/Forense Universitária, 2010.
- _____. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. RJ: Paz e Terra, 2000.
- Escudero, J. A. “Heidegger y los Cuadernos Negros. El resurgimiento de la controversia nacional-socialista”. In *Diferenz. Revista Internacional de Estudios Heideggerianos y sus derivas contemporáneas*. Julio de 2014.

- Faye, E. (org.) *Heidegger – le sol, la communauté, la race*. Condé-sur-Noireau: Beauchesne, 2014.
- _____. “Die Krönung der Gesamtausgabe” in *Die Zeit*: Frankfurt a.M., 27.12.2013. Consultado em 10.02.2015. Veja-se <file:///Users/andredemacedoduarte/Documents/UFPR/Conferências/Heidegger/Die%20Krönung%20der%20Gesamtausgabe%20:%20Interview%20published%20by%20Die%20Zeit,%202013,%20on%20Heidegger,%20the%20%22Blac.webarchive>
- _____. *Heidegger: l'introduction du nazisme dans la philosophie: autour des séminaires inédites de 1933-1935*. Paris: Albin Michel, 2005.
- Flasch, K.; Witt, W.; Zaborowski, H. “Ein Volk, ein Sein, ein Denker? Le nouveaux débat sur le fascisme de Heidegger.” In *Cahiers Philosophiques*, n. 111, v. 3, 2007. Consultado em 11.02.2015 em <http://www.cairn.info/revue-cahiers-philosophiques-2007-3-page-127.htm>
- Fédier, F. “Entretien – Heidegger était-il Nazi? Était-il antisémite?” In *Revue des Deux Mondes*. Avril 2014. Consultado em 10.02.2015 em <http://www.revuedes-deuxmondes.fr/archive/article.php?code=72763>
- Foucault, M. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria E. Galvão. SP: Martins Fontes, 2000.
- Franco Sá, A. “Recensão: Emmanuel Faye, *Heidegger: l'introduction du nazisme dans la philosophie: autour des séminaires inédites de 1933-1935*. Paris: Albin Michel, 2005.” In *Revista Filosófica de Coimbra*, n. 28, vol. 14, 2005.
- Heidegger, Martin. GA 94 *Überlegungen II-VI. Schwarze Hefte 1931-1938*. Vittorio Klostermann: Frankfurt a.M., 2014 a.
- _____. GA 95 *Überlegungen VII-XI. Schwarze Hefte 1938/39*. Vittorio Klostermann: Frankfurt a.M., 2014 b.
- _____. GA 96 *Überlegungen XII-XV. Schwarze Hefte 1939-1941*. Vittorio Klostermann: Frankfurt a.M., 2014 c.
- _____. *Lógica: a pergunta pela essência da linguagem*. Tradução de Helga H. Quadrado e M. A. Pacheco. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.
- _____. GA Bd. 16, *Reden und andere Zeugnisse eines Lebensweges*. Frankfurt a.M.: Vittorio Klostermann, 2000.
- _____. *Holzwege*. Frankfurt a.M.: Vittorio Klostermann, 1994.
- _____. *Sein und Zeit*. Tübingen, Max Niemeyer, 1986.
- Lacoue-Labarthe, P. “Presentación”. In: M. Heidegger, *La pobreza*. Tradução de I. Agof. Buenos Aires/Madri: Amorrortu, 2006.
- Monod, J.-C. “Le double énigme des Cahiers Noirs”. In *Critique*. Heidegger: la boîte noire des Cahiers. Paris: Minuit, vol. 811, Décembre 2014.
- Nancy, J.-L. “L'antisémitisme de Heidegger n'invalide pas son oeuvre”. Consultado em 10.02.2015. Veja-se: <https://groups.google.com/forum/#!msg/paris8philoiOr1NbqiX4k/vNIDNLpgARQJ>

- Phillips, James. *Heidegger's Volk. Between National Socialism and Poetry*. Stanford: Stanford University Press, 2005.
- Romano, C. “L'idée d'un anti-sémitisme philosophique est un contre-sens”. In *Critique*. Heidegger: la boîte noire des Cahiers. Paris: Minuit, vol. 811, Décembre 2014.
- Trawny, Peter. *Heidegger und der Mythos der jüdischen Weltverschwörung*. Frankfurt a.M., Vittorio Klostermann GmbH, 2014a, 2ª. ed. revista e ampliada.
- _____. “Heidegger et les Cahiers Noirs”. Traduzido por N. Boulet. In *Revue Esprit*, n. 407, agosto-setembro de 2014b.
- Vietta, S. *Heidegger: critique du national-socialisme et de la technique*. Puisseaux: Pardès, 1993.